



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JOÃO PAULO CAETANO SOUSA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS CEARENSES COM  
ELEVADO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL**

**FORTALEZA-CE  
2012**

**JOÃO PAULO CAETANO SOUSA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS CEARENSES COM  
ELEVADO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Pós-Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

**FORTALEZA  
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

- 
- S697p      Sousa, João Paulo Caetano.  
                Programa Bolsa Família em municípios cearenses com elevado índice de exclusão social / João Paulo Caetano Sousa. – 2013.  
                57 f.; il.; enc.; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, 2013.  
                Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.
1. Pobreza 2. Programas de sustentação de renda 3. Política de inclusão social I.  
                Título.

**JOÃO PAULO CAETANO SOUSA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS CEARENSES COM  
ELEVADO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Pós-Dr. José de Jesus Sousa Lemos (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral (Examinador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Msc. Ademir da Silva Costa (Examinador)  
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Aos meus pais Francisco e Gláucia, que me deram forças para sair de casa ainda quando criança para estudar e crescer na vida. Meu sincero agradecimento a eles que me ensinaram a ser forte. Mesmo quando batia a saudade de casa, me ensinaram a não desistir, a superar os obstáculos.

A minha querida esposa Viviane, que foi minha companheira nesses últimos anos me apoiando em tudo.

Ao meu filho João Victor que hoje aos três anos é a minha fonte de inspiração.

Ao meu irmão Pedro Paulo pelo companheirismo e compreensão, mesmo quando não teve o irmão presente nas brincadeiras de infância.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS primeiramente, por me dar força, saúde e determinação para continuar a caminhada em busca dos meus sonhos.

Ao Professor Pós Dr. José de Jesus Sousa Lemos, pela paciência e orientação na realização deste trabalho, que sem ajuda não seria concretizado.

Ao Professor Dr. Fábio Maia Sobral, que aceitou fazer parte da banca examinadora, sua atenção foi de grande importância para minha aprovação.

Ao Jornalista Ademir da Silva Costa, da Assessoria de Comunicação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cujas observações contribuíram para o enriquecimento do trabalho.

A toda a minha família e amigos que sempre acreditaram na minha capacidade de realizar esse trabalho.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta monografia.

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto.”

(Albert Einstein)

## RESUMO

O Brasil a exemplo do que os países desenvolvidos fizeram, vem defendendo e praticando um modelo de políticas públicas de transferência de renda. O Programa Bolsa Família é um modelo de política do governo que tem por objetivo diminuir a miséria e a camada da população que vive abaixo da linha de extrema pobreza. É sob essa perspectiva que o presente trabalho tem como objetivo, analisar os impactos sociais decorrentes da implantação do Bolsa Família em 10 municípios cearenses, no período de 2004 a 2009. A escolha desses 10 municípios justifica-se por esses terem elevados índices de exclusão social. Como procedimento metodológico foi realizado pesquisa bibliográfica, a partir de um levantamento de material com dados, e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos. Foram analisados vários aspectos, tais como: evolução da quantidade de famílias atendidas pelo Programa Bolsa família, índice de exclusão social, taxa de mortalidade infantil, índice de desenvolvimento social, taxa de escolarização líquida do ensino fundamental, quantidade de empregos gerados, entre outros. Além disso, através de pesquisas junto a base de dados do Censo 2010, levantou-se os números sobre o percentual da população extremamente pobre, taxa de analfabetismo funcional e o percentual de cobertura de serviços básicos como coleta de lixo, esgotamento sanitário, energia elétrica e água tratada. O resultado da pesquisa conclui que o Programa Bolsa Família, se propõe a reduzir a desigualdade social e a pobreza e elevar o nível de renda da população. Por outro lado, o programa eleva o nível de dependência das famílias e não representa a forma mais eficiente para melhorar a qualidade de vida. Porém, mesmo com suas deficiências o Programa Bolsa Família exerce um papel fundamental, pois aquece o mercado, uma vez que o beneficiário passa a ter poder de compra, isso eleva a demanda de bem e serviços e movimenta a economia dos municípios estudados.

Palavras Chaves: Bolsa Família, Renda, Municípios e Exclusão Social.

## ABSTRACT

Brazil has been following the example of developed countries by advocating and practicing a model of public policies for income transfer. The *Bolsa Família* Program is a model of government policy that aims to reduce poverty and the population that lives below the extreme poverty line. The present work analyzes the social impact resulting from the implementation of the *Bolsa Família* Program in 10 municipalities in Ceará, in the period from 2004 to 2009. These 10 municipalities were chosen because they have presented high levels of social exclusion. The methodological procedure used was the research from electronic and print publications, such as books and scientific articles. Several aspects have been analyzed, such as: evolution of the number of families served by the *Bolsa Família* (Family Grant) Program, social exclusion index, infant mortality rate, index of social development, net enrollment rate of primary education, number of jobs created, among others. In addition, the numbers on the percentage of extremely poor population, functional illiteracy rate and the percentage of coverage of basic services such as garbage collection, sewage, electricity and treated water were collected through surveys of database of the 2010 Census. The result of the research concludes that although the *Bolsa Família* Program aims to reduce social inequality and poverty and to raise the income level of the population, the program raises the level of dependence of families and does not represent the most efficient way to improve its beneficiaries' quality of life. However, even with its shortcomings the *Bolsa Família* Program plays a key role in the country's economy. By increasing its beneficiary's purchasing power the *Bolsa Família* Program increases the demand for goods and services therefore boosting the economy in the municipalities studied.

Key Words: *Bolsa Família* Program, Income, Municipalities and Social Exclusion

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tipos de benefício: famílias com renda até 70 reais por pessoa.....	17
Tabela 2 -	Tipos de benefício: famílias com renda de 70 a 140 reais por pessoa.....	18
Tabela 3 -	Relação de 10 Municípios do Estado do Ceará com elevados níveis de IES e privações.....	26
Tabela 4 -	Composição do PIB por setores e PIB per capita.....	49
Tabela 5 -	Estimativa dos repasses mensais em reais do Programa Bolsa Família para os 10 municípios estudados.....	50
Tabela 6 -	Resumo de indicadores dos municípios e evolução de 2004 a 2009	53
Tabela 7 -	Índice de Exclusão Social (IES) e privações.....	54
Tabela 8 -	Percentual da população extremamente pobre e taxa de analfabetismo funcional.....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Evolução do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – 10 municípios estudados.....	28
Gráfico 2 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Aiuaba/CE.....	29
Gráfico 3 -	Indicadores sociais – Aiuaba/CE.....	30
Gráfico 4 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Choró/CE.....	31
Gráfico 5 -	Indicadores sociais – Choró/CE.....	32
Gráfico 6 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Graça/CE.....	33
Gráfico 7 -	Indicadores sociais – Graça/CE.....	34
Gráfico 8 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Granja/CE.....	35
Gráfico 9 -	Indicadores sociais – Granja/CE.....	36
Gráfico 10 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Ibaretama/CE.....	37
Gráfico 11 -	Indicadores Sociais – Ibaretama/CE.....	38
Gráfico 12 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Itatira/CE.....	39
Gráfico 13 -	Indicadores sociais – Itatira/CE.....	40
Gráfico 14 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Novo Oriente/CE.....	41
Gráfico 15 -	Indicadores sociais – Novo Oriente/CE.....	42
Gráfico 16 -	Evolução de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família – Ocara/CE.....	43
Gráfico 17 -	Indicadores sociais – Ocara/CE.....	44
Gráfico 18 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Pires Ferreira/CE.....	45
Gráfico 19 -	Indicadores sociais – Pires Ferreira/CE.....	46
Gráfico 20 -	Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família –	

	Salitre/CE.....	47
Gráfico 21 -	Indicadores sociais – Salitre/CE.....	48
Gráfico 22 -	Evolução média dos 10 municípios - famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.....	50
Gráfico 23 -	Evolução média dos 10 municípios: taxa de mortalidade infantil.....	52
Gráfico 24 -	Evolução média dos 10 municípios: taxa de escolarização do Ensino Fundamental.....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BVCE -	Benefício Variável de Caráter Extraordinário
BVG -	Benefício Variável Gestante
BVJ -	Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
BVN -	Benefício Variável Nutriz
CE -	Ceará
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS-R -	Índice de Desenvolvimento Social de Resultados
IES -	Índice de Exclusão Social
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE -	Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará
MDS -	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF -	Programa Bolsa Família
PIB -	Produto Interno Bruto
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS -	Relação Anual de Informações Sociais
SEDUC -	Secretaria da Educação do Ceará
SESA -	Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
UFC -	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MARCO CONCEITUAL.....	16
2.1 O Programa Bolsa Família: conceitos, fundação e finalidades.....	16
2.1.1 Valores dos benefícios.....	17
2.1.2 Condicionalidades, ações e programas complementares.....	18
2.2 O Programa Bolsa Família: pobreza e as formas de exclusão social.....	19
2.3 Índice de Exclusão Social (IES).....	21
3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	24
4 CARACTERIZAÇÃO DE 10 MUNICÍPIOS CEARENSES COM ELEVADO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL (IES).....	26
4.1 Município de Aiuaba/ CE.....	28
4.2 Município de Choró/CE.....	30
4.3 Município de Graça/CE.....	32
4.4 Município de Granja/CE.....	34
4.5 Município de Ibaretama/CE.....	36
4.6 Município de Itatira/CE.....	38
4.7 Município de Novo Oriente/CE.....	40
4.8 Município de Ocara/CE.....	42
4.9 Município de Pires Ferreira/CE.....	44
4.10 Município de Salitre/CE.....	46
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
5.1 Aspectos da geração de renda.....	49
5.2 Aspectos sociais.....	51
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	57

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de planos e programas de ações governamentais, voltadas à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas diretrizes e metas na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. A expressão “Políticas Públicas” pode significar simplesmente “programas de ação governamental”. As políticas públicas representam o encontro de elementos técnicos de administração de recursos e meios públicos com a escolha política de propriedade para o uso destes recursos.

Tende explicitado estes conceitos discorre-se sobre a sua aplicação ao tema proposto:

“Programa Bolsa Família em Municípios Cearenses com Elevado índice de Exclusão Social”, apresentando a visão do governo sobre a política social, enfatizando o tamanho da pobreza e desigualdades prevaletentes no estado do Ceará e, sobretudo nos municípios investigados nesta pesquisa, defendendo a universalização da cidadania. Por outro lado será apresentado uma visão retratando o combate a pobreza sem a utilização das Políticas de Transferências de Rendas e sim com a geração de empregos para as famílias, promovendo a sua auto sustentação.

Lemos (2012, p.64) destaca dentre as diversas perspectivas apresentadas que a pobreza se constitui em “exclusão de um grupo social, privado de ativos produtivos essenciais para ter uma vida com dignidade.” E utilizou em seu estudo, indicadores que medem o nível de privações da população aos serviços e condições básicas.

Assim, diante das diversas formas de combate a pobreza apresentadas pelas políticas públicas, o estudo tem como objetivo geral: analisar os impactos do Programa Bolsa Família em municípios cearenses com elevado índice de exclusão social. E como objetivos específicos têm-se: identificar as formas de atuação e público alvo do Programa; identificar os níveis a exclusão social nos municípios estudados; e diagnosticar o nível de influência do Programa no comportamento dos indicadores sociais dos municípios em questão no período de 2004 a 2009.

A estrutura do trabalho foi dividida em seis seções, Introdução, Marco Conceitual que será apresentada uma visão geral sobre o Programa Bolsa Família, retratando sobre conceitos de pobreza e as diversas formas de exclusão social e

definição do Índice de Exclusão Social (IES). Na terceira seção será apresentado os Procedimentos Metodológicos, na seção seguinte o Bolsa Família será caracterizado, em 10 Municípios Cearenses com Elevado Índice de Exclusão Social. Na quinta seção estaremos apresentando os Resultados obtidos nos municípios estudados, apresentando o crescimento médio dos repasses do programa Bolsa Família, índice de desenvolvimento social, taxa de escolarização do ensino fundamental e taxa de mortalidade infantil. Por fim, é apresentado as Considerações Finais.

## 2 MARCO CONCEITUAL

Nesta Seção serão apresentados e discutidos os conceitos utilizados em que se ancoram as avaliações empíricas do trabalho.

### 2.1 O Programa Bolsa Família: conceitos, fundação e finalidades

A criação do Programa Bolsa Família (PBF), em outubro de 2003, por meio da unificação dos programas já existentes, Bolsa Escola, Auxílio-gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, se deu com o objetivo de combater a fome e a miséria. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado as famílias em situação de pobreza, com renda per-capita de até R\$ 140,00 mensais, que se associa a transferência de bens financeiros e acesso aos direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social.

O Programa tem vários tipos de benefícios: básico, variável vinculado ao adolescente (BVJ), variável gestante (BVG) e o benefício variável nutriz (BVN). O valor do benefício pago pelo PBF varia de R\$ 32 a R\$ 306, de acordo com a renda mensal da família por pessoa, do número de crianças e adolescentes de até 17 anos e do número de gestantes e nutrizes componentes da família.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão do Programa é descentralizada e compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. Seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Cadastro Único é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil (BRASIL, 2012, *on line*).

Com base nos dados do Cadastro Único, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) seleciona as famílias que serão incluídas no programa. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias e o recebimento do benefício (BRASIL, 2012).

### 2.1.1 Valores dos benefícios

Os valores dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$32,00 a R\$ 306,00 de acordo com a renda mensal da família por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e número de gestantes e nutrízes componentes da família. O Programa tem vários tipos de benefícios: básico, variável vinculado a gestantes e nutríz, variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário.

A Tabela 1, apresenta a variação dos tipos de benefícios, o Benefício Básico, de R\$ 70,00 é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.

**Tabela 1 – Tipos de benefício: famílias com renda até 70 reais por pessoa.**

Tipos de Benefício - Renda até 70 Reais			
Número de Gestantes, Nutrízes, Crianças e Adolescentes de até 15 anos	Número de Jovens de 16 e 17 anos	Tipo de Benefício	Valor do Benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306,00

Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

O Benefício Variável, de R\$ 32,00 é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160,00, conforme dados demonstrados na Tabela 2 a seguir.

**Tabela 2 – Tipos de Benefício: famílias com renda de 70 a 140 reais por pessoa.**

Tipos de Benefício - Renda de 70 a 140 reais			
Número de Gestantes, Nutrizes, Crianças e Adolescentes de até 15 anos	Número de Jovens de 16 e 17 anos	Tipo de Benefício	Valor do Benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 166,00
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236,00

Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 38,00, é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 76,00. O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família tenha causado perdas financeiras. O valor do benefício varia de caso a caso.

### 2.1.2 Condicionalidades, ações e programas complementares

As condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o

acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro lado, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Na área de saúde, as famílias beneficiadas assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete (7) anos. As mulheres na faixa de quatorze (14) a quarenta e quatro (44) anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrízes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre seis (6) e quinze (15) anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Por outro lado os estudantes entre dezesseis (16) e dezessete (17) anos devem ter frequência de, no mínimo 75% nas escolas que frequentarem.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até quinze (15) anos em risco ou retiradas do trabalho infantil, devem participar de programas do governo de ressocialização e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. O Poder Público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado.

## **2.2 O Programa Bolsa Família: pobreza e as formas de exclusão social**

O programa tem se destacado, principalmente no tocante à renda e ao impacto no movimento de combate à pobreza no curto prazo e pode se constituir um instrumento inicial de combate às desigualdades econômicas, embora deixando a

desejar no que concerne a mudanças nas desigualdades sociais, sobretudo no que se refere ao acesso aos serviços essenciais como saneamento, água encanada, coleta de lixo, mesmo educação, em que o programa não apresenta qualquer vinculação estruturante. Dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam, uma instituição que, no passado mantinha uma posição mais neutra elaborando avaliações ancoradas em preceitos puramente técnicos, passou a ter uma postura mais proativa. A instituição dentro desta nova visão estima que entre os anos de 2001 e 2005, uma queda de 4,6% no coeficiente de Gini (BARROS; CARVALHO; FRANCO; MENDONÇA, 2007).

A pobreza é um fenômeno social complexo, multidimensional e relativo e que, por isso mesmo, permite diferentes formas de conceitualização e interpretação. Defini-la acarreta sempre a escolha de certos elementos a serem privilegiados, em detrimento a outros. Dentre as suas dimensões é comum focar no elemento renda para definir quem é ou não pobre.

Sendo assim, a forma mais comum de mensuração da pobreza é através do estabelecimento das linhas da pobreza/indigência. Mas, para além do quesito econômico, vale destacar que a pobreza tem dimensões políticas e culturais. “A dimensão política da pobreza se torna mais clara à medida que admitimos que ser pobre não é não ter / possuir ou ser carente de algo (renda, acesso a bens públicos e a capital social/ cultural), mas ser coibido de ter” (DEMO, 2001, p.13).

Para Lemos (2012, p. 70), a eliminação da pobreza se constitui em:

A pobreza se trata de um fenômeno complexo e multidimensional, cuja eliminação requer um comportamento integrado e intersetorial. A eliminação da pobreza se constitui, sobretudo, num problema político, sendo necessária, concomitantemente, uma política definida para prover poder participativo aos pobres, que são os verdadeiros sujeitos do processo e devem ser os condutores dos seus próprios destinos. Imaginar diferente pode provocar equívocos no encaminhamento dessas políticas e o consequente e indesejável desperdício de recursos, já escassos em áreas de carência. A eliminação da pobreza constitui-se, antes de tudo, uma responsabilidade social e um dever dos governantes, com a participação de toda a sociedade. Eles têm que criar um ambiente adequado para reforçar o papel participativo de toda a população, em todos os níveis no processo.

Sen (2000) também descreve a pobreza como um fenômeno multidimensional e assume um caráter de privação das capacidades. Por capacidades ele entende as

muitas liberdades de ter estilos de vida diversificados: dos básicos, como alimentar-se; aos mais complexos, também como participação política.

Nesse sentido, compreender a pobreza em determinado município, requer a análise da forma como esse fenômeno está relacionado com os demais processos de empobrecimento (exclusão e vulnerabilidade social) e com a maneira que a sociedade como um todo julga esse problema. Aqui o aspecto cultural é muito importante, existem regiões em que a pobreza é considerada como injustiça social, fundada no social; há outras, porém, em que a pobreza e a desigualdade tendem a aparecer como fenômenos “naturais”, como em grande maioria dos municípios brasileiros (SOUZA, 2006).

Dessa forma, para o Estado brasileiro pobreza é a carência de renda para adquirir uma cesta básica de alimentos e outros serviços e indigência é a carência de renda para garantir o consumo de alimentos. A renda, no entanto, expressa uma das dimensões da pobreza e não a única. Por estar focada nas rendas auferidas, a linha da pobreza enquanto método de investigação não considera que os recursos podem ser distribuídos de formas diferentes, de acordo com gênero, idade, papéis sociais, por exemplo. Também não permite tomar conhecimentos das várias estratégias de vida encontradas pelas famílias para sobreviver ‘a pobreza (GUTIÉRREZ, 2007).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2006), o Programa Bolsa Família é um programa social de transferência de renda, o qual atribui uma transferência monetária as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. São associadas a este programa outras medidas, situadas principalmente nas áreas da educação, saúde, fundamentais para o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona boa parte da população brasileira na reprodução da pobreza.

### **2.3 Índice de Exclusão Social (IES)**

O índice de Exclusão Social (IES) é utilizado para medir os padrões de exclusão social, considerados como sinônimos de pobreza. O IES pode ser utilizado para ordenar os municípios pelos padrões de exclusão social e medir o percentual de famílias excluídas em cada um deles. Dessa forma “cada município estará identificado, em termos percentuais, com os níveis de privações em cada indicador,

que são variáveis que compõem o IES” (LEMOS, 2012, p.106).

O IES é constituído pela seguinte equação de definição:

$$IES_i = P_{i1}Y_{i1} + P_{i2}Y_{i2} + P_{i3}Y_{i3} ; i = 1, 2, \dots, n;$$

Na definição acima,  $P_{ij}$  se constituem nos respectivos pesos (cuja soma é igual a um) associados a cada uma das âncoras dos indicadores  $Y_{ij}$  que entram na construção do IES associado a cada município. Estes indicadores estão definidos da seguinte forma:  $Y_{i1} = Passocia$ ;  $Y_{i2} = Passecon$ ; e  $Y_{i3} = Passambi$ . Onde:

- $Y_{i1} = Passocia$  ou Passivo Social é o percentual da população maior de quinze(15) anos que se declarou analfabeta. Em edições anteriores do livro de Lemos, esta variável era identificada como *Priveduc*.
- $Y_{i2} = Passecon$  ou Passivo Econômico é o percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. Em edições anteriores do livro de Lemos, esta âncora era identificada como *Privrend*.
- $Y_{i3} = Passambi$  ou Passivo Ambiental, esta âncora se obtém através da conjugação de três outros indicadores devidamente ponderados: *Privagua*, *Privsane* e *Privlixo*.

A âncora *Passambi* se estima da seguinte forma:

$$PASSAMBI = P_{i4}.Y_{i4} + P_{i5}.Y_{i5} + P_{i6}.Y_{i6}$$

Na definição da equação de *Passambi*, as variáveis são respectivamente: *Privagua*, *Privsane* e *Privlixo*, devidamente ponderadas como especificado na equação. A soma dos pesos também é igual a um neste caso, essas variáveis são definidas da seguinte forma:

- $Y_{i4} = Privagua$  é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto

de torneira dentro de casa.

- $Y_{i5}$  = Privsane é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos.
- $Y_{i6}$  = Privlixo é o percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente.

A inclusão destes indicadores no cálculo do IES é explicada pelas consequências que a falta do acesso a esses indicadores traz a população, por exemplo, a privação à educação é um dos principais problemas, pois sem educação não existe desenvolvimento, a privação à renda monetária se explica por não existir desenvolvimento sem patamar mínimo de renda.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Silva e Silveira (2007), metodologia é a descrição do conjunto das atividades e instrumentos a serem desenvolvidos para a aquisição dos dados (bibliográficos e/ou de campo) com os quais se desenvolverá a questão proposta pela pesquisa, dando base para a construção de um saber seguro e válido.

O presente trabalho desenvolveu-se com uma pesquisa bibliográfica e descritiva para fundamentar o tema. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos, científicos, página de web sites, sobre o tema que deseja-se conhecer.

Para a execução deste trabalho foram utilizados dados bibliográficos. Essas informações bibliográficas foram obtidas das mais diversas fontes: livros e publicações referentes ao assunto em questão, consultas à internet em sites como Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com vistas à obtenção de dados para o embasamento da pesquisa além de dados secundários fornecidos pelo Índice de Exclusão Social (IES) de Lemos (2012) onde usou-se como o ponto de partida para a realização desta pesquisa.. Utilizou-se também Souza (2006); Barros *et al.* (2007); Gutiérrez (2007) dentre outros.

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, que segundo definição de Vergara (2007, p.48), a metodologia aplicada atende aos seus objetivos propostos:

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

A pesquisa descritiva procura observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis), sem que o pesquisador interfira neles ou os manipule. Este tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Segundo Silva & Menezes (2007, p.21):

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Para tanto, buscaram-se os fundamentos teóricos para essas questões mediante a abordagem que a literatura corrente faz sobre o Programa Bolsa Família nos municípios cearenses com maior exclusão social.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DE DEZ (10) MUNICÍPIOS CEARENSES COM ELEVADOS ÍNDICES DE EXCLUSÃO SOCIAL (IES)

Lemos (2012) utilizou em seu estudo, um indicador que revela o nível de privações da população aos serviços básicos como, água encanada, saneamento básico, coleta de lixo adequada, educação e renda nos municípios brasileiros, o Índice de Exclusão Social (IES). Na Tabela 3 abaixo, será destacado o IES de 10 municípios cearenses. O que levou a escolha desses 10 municípios justifica-se por esses terem elevados índices de exclusão social.

**Tabela 3 – Relação de 10 municípios do Estado do Ceará com elevados níveis de IES e privações.**

<b>Municípios</b>	<b>IES (%)</b>
<b>Aiuaba</b>	<b>57,60</b>
<b>Choró</b>	<b>63,50</b>
<b>Graça</b>	<b>59,40</b>
<b>Granja</b>	<b>61,70</b>
<b>Ibaretama</b>	<b>63,80</b>
<b>Itatira</b>	<b>60,00</b>
<b>Novo Oriente</b>	<b>53,30</b>
<b>Ocara</b>	<b>56,70</b>
<b>Pires Ferreira</b>	<b>58,80</b>
<b>Salitre</b>	<b>67,00</b>

**Fonte: Adaptada de Lemos (2012).**

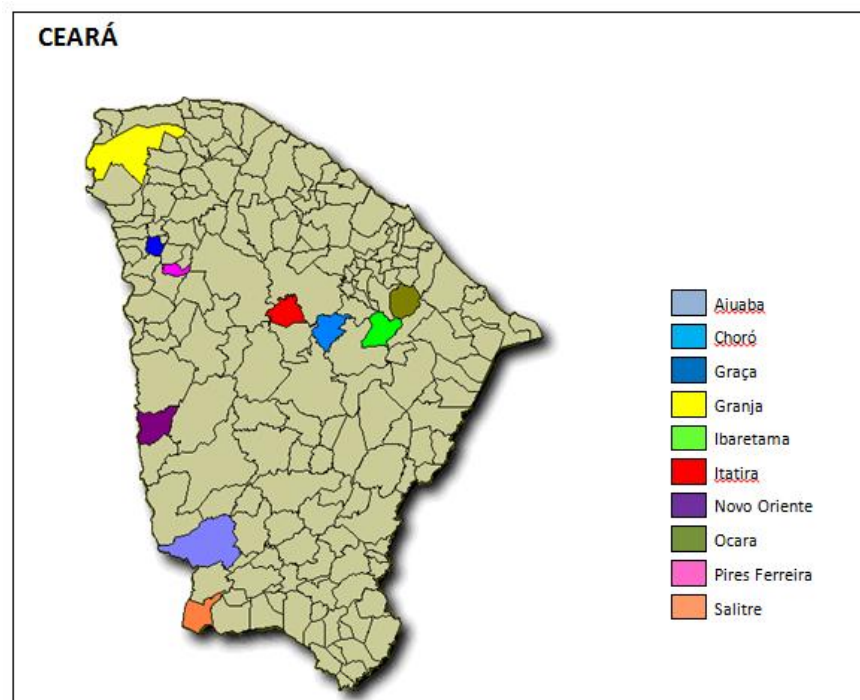
Dados do Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) colocam municípios do Ceará em um nível de avaliação menor que a média do Nordeste e do Brasil nos quesitos: proporção de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado, proporção de domicílios urbanos com coleta de lixo adequada, taxa de ocupação infantil, renda domiciliar *per capita* média.

Nesse capítulo destacaremos esses 10 municípios cearenses com elevado Índice de Exclusão Social e os repasses recebidos por eles do Programa Bolsa Família. A localização geográfica desses municípios está dividida entre todas as

macrorregiões, com exceção das áreas R1-Região Metropolitana de Fortaleza e R7-Litoral Leste-Jaguaribe, que não têm nenhum dos municípios estudados.

O Estado do Ceará está situado na Região Nordeste do Brasil, tem 184 municípios, divididos em 08 macrorregiões (R1-Região Metropolitana de Fortaleza; R2-Litoral Oeste; R3-Sobral–Ibiapaba; R4-Sertão dos Inhamuns; R5-Sertão Central; R6-Baturité; R7-Litoral Leste-Jaguaribe; e R8-Cariri-Centro Sul.

**Figura 01 – Localização de 10 municípios cearenses com elevado IES.**



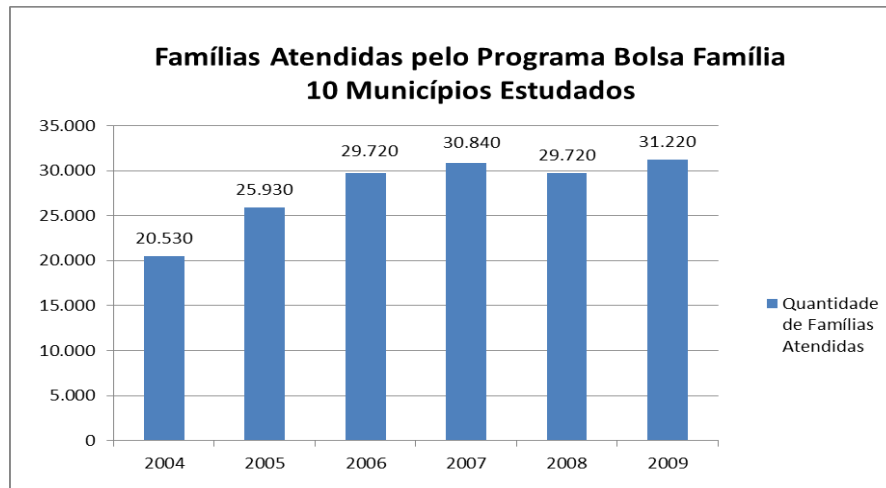
Fonte: IPECE e IBGE (2011).

As macrorregiões com o mais alto número de município com elevados níveis de exclusão são a R3-Sobral–Ibiapaba na qual estão situados Graça e Pires Ferreira; R4-Sertão dos Inhamuns, com os municípios de Novo Oriente e Aiuaba; e R5-Sertão Central com Choró, Itatira e Ibaretama. Essas 03 Macrorregiões têm algumas características em comum como a predominância em seus territórios de um relevo de depressão sertaneja, clima semiárido, conforme ilustrado na Figura 01.

Nos últimos anos, a realidade de distribuição de renda tem tido forte influência das políticas de transferências de renda do governo. Os municípios cearenses estudados têm juntos 205.605 mil habitantes, de acordo com dados do

governo federal através do cadastro único. O número de famílias cadastradas no programa Bolsa Família no ultimo ano do período estudado calculava-se 31.220 famílias, conforme demonstrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Evolução do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – 10 municípios estudados.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

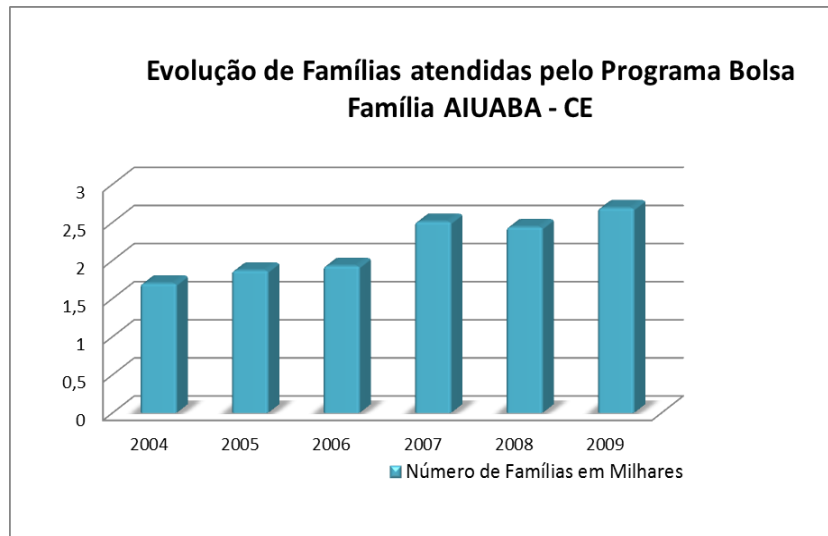
O Gráfico 1 mostra um crescimento de 52,07% no número de famílias cadastradas no programa nos 10 municípios estudados, entre os anos de 2004 e 2009.

#### 4.1 Município de Aiuaba/CE

O Município de Aiuaba localizado na Macrorregião do Sertão dos Inhamuns (R4) do Estado do Ceará, tem uma população de 16.203 (Censo 2010) habitantes, dos quais 75,62% da população vive na zona rural. O município tem o índice de IES de 57,60%. Observando a quantidade de empregos formais gerados, percebe-se que o número é de apenas 503 empregos, dos quais mais de 95% são gerados pelo setor público (IPECE, 2011).

No ano de 2004 o município tinha em torno de 1.700 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 2.690 famílias cadastradas, um crescimento de 58,23% .

**Gráfico 2 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Aiuaba/CE.**

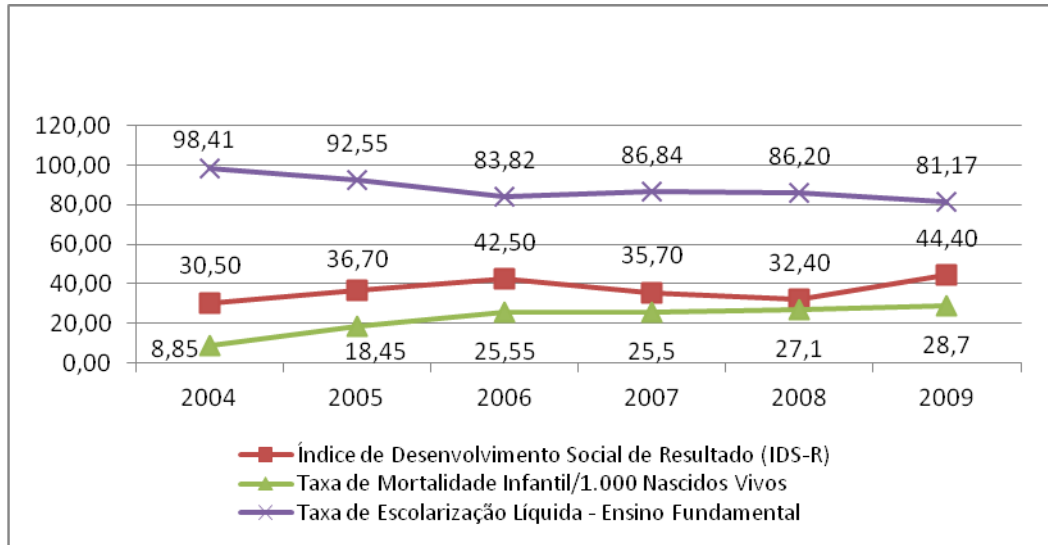


Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

Nos compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família no eixo das condicionalidades nas áreas da Saúde e Educação, incluem-se comportamentos como o acompanhamento das mulheres gestantes, o cartão de vacinação das crianças menores de 7 anos deve estar sempre atualizado e todas elas devem estar devidamente matriculadas na escola. Por outro lado o município de Aiuaba/CE assume a responsabilidade pela oferta dos serviços públicos de saúde e assistência social.

O índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) do Município de Aiuaba registrou um crescimento de 45%, no período de 2004 a 2009, percentual considerável, porém ainda ficou abaixo do crescimento dos repasses do Bolsa Família para o município, demonstrados no gráfico 2.

No entanto, índices importantes nas áreas da Saúde e Educação, tiveram desempenhos ruins, no período de 2004 a 2009, mesmo com o controle das condicionalidades do Programa Bolsa Família que acompanha o desempenho do município e as famílias cadastradas.

**Gráfico 3 – Indicadores sociais – Aiuaba/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

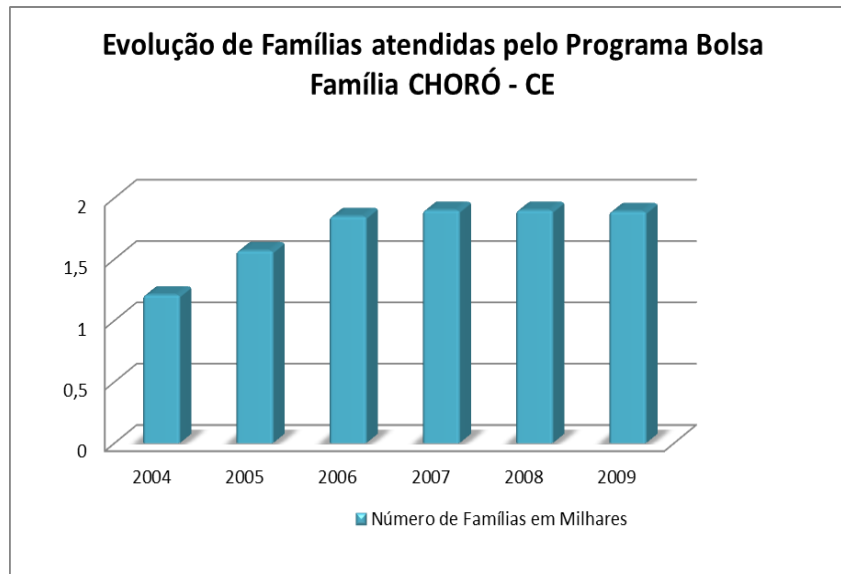
A taxa de mortalidade infantil registrou uma evolução fora do normal de 224,29%. Em 2004 o percentual era de 8,85% e em 2009 esse número subiu para 28,70%. A taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental caiu de 98,41% em 2004 para 81,17% em 2009, uma queda de 17,52%, resultado nada animador para um município que recebe repasses crescentes do Bolsa Família, condicionado ao compromisso do município na melhoria de oferta de serviços públicos.

#### 4.2 Município de Choró/CE

Outro Município que está entre os de maior Índice de Exclusão Social (IES) do Estado do Ceará com o percentual de 63,50%, citado por Lemos (2012), é o Município de Choró. Localizado na Macrorregião do Sertão Central (R5), tem um clima predominantemente tropical quente semiárido brando e uma população de 12.853 (Censo 2010) habitantes, dos quais 70,48% da população vivem na zona rural. A faixa de renda da população mostra que 45,89% das famílias tem rendimento médio *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Desta, quase que 100% vivem abaixo da linha de extrema pobreza. O Município gera 801 empregos formais, dos 780 são gerados pela administração pública, ou seja, mais de 97% do total.

No ano de 2004 o município tinha em torno de 1.210 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 1.890 famílias cadastradas, um crescimento de 56,20%.

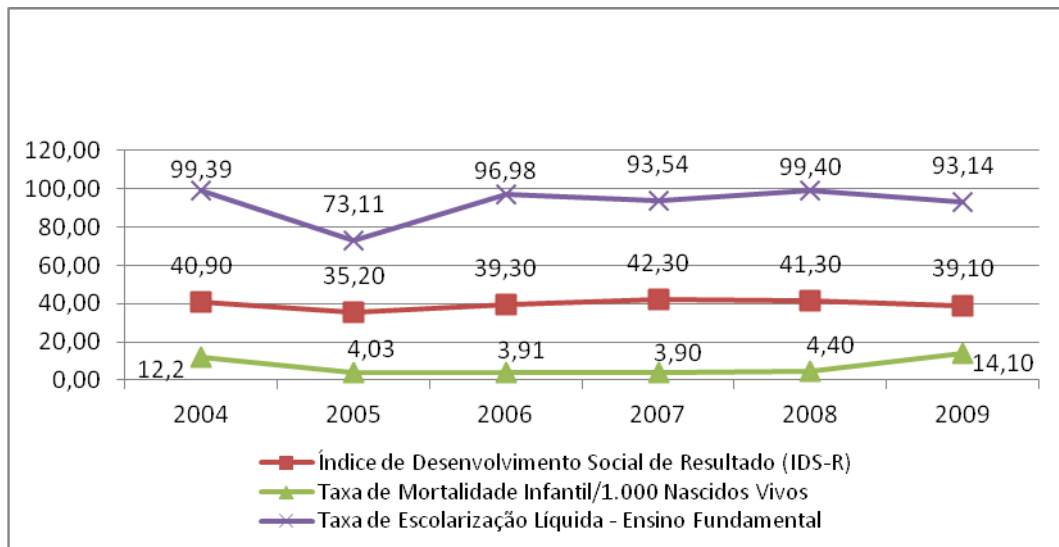
**Gráfico 4 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Choró/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

No eixo das condicionalidades na área da Saúde, existem vários compromissos assumidos pelas famílias e pelo município de Choró, que assume a responsabilidade pela oferta dos serviços públicos de saúde e assistência social. Os principais indicadores de saúde do município de Choró mostram que mesmo com o controle das condicionalidades do Programa Bolsa Família que acompanha o desempenho do município e as famílias cadastradas, os índices de saúde do município estão bem abaixo da média do Estado.

O Gráfico 5 contém Indicadores sociais do município de Choró e mostram ainda que índices importantes, nas áreas da saúde e educação, tiveram um desempenho desfavorável no período de 2004 a 2009. A taxa de mortalidade infantil registrou uma evolução de 15,57%. Em 2004 o percentual era de 12,2% e em 2009 esse número subiu para 14,10%.

**Gráfico 5 – Indicadores sociais – Choró/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

A taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental caiu de 99,39% em 2004 para 93,14% em 2009, uma queda de 6,29%. Outro indicador que registrou queda no período estudado de 4,40% foi o índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R), que tem como base a esperança de vida ao nascer, nível de saúde e educação, oferta de serviços básicos e o nível de renda média dos chefes de família.

O indicador de renda do município mostra que, mais de 45% das famílias tem rendimento médio per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Isso é um forte indício de que o programa de transferência de renda não trouxe melhorias concretas às condições de emprego e renda das famílias do município de Choró, até o último ano do período estudado.

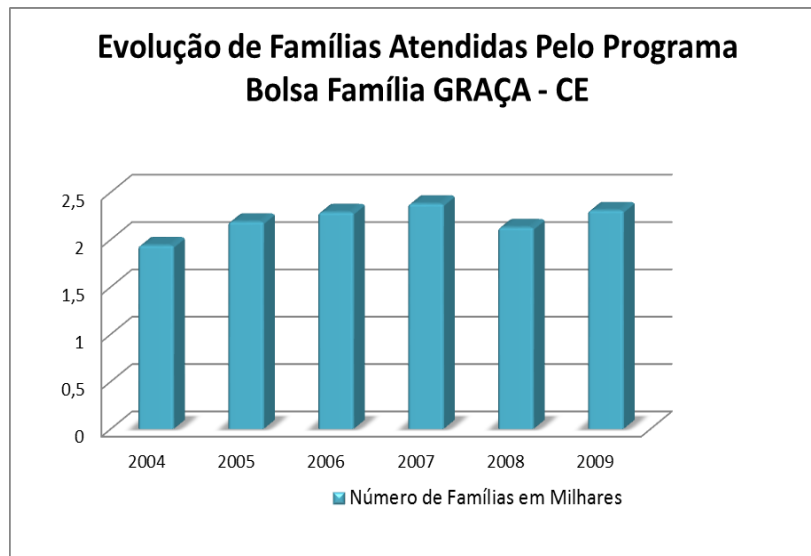
### 4.3 Município de Graça/CE

O Município de Graça localizado no Noroeste do Estado do Ceará, tem um clima predominantemente tropical sub-quente úmido e tropical quente úmido e uma população de 15.049 (Censo 2010) habitantes, dos quais 61,36% da população vive na zona rural. Observando a quantidade de empregos formais gerados pelo município percebe-se que o número é de apenas 844 empregos, dos quais mais de 97% são

gerados pelo setor público (IPECE, 2011).

No ano de 2004 o município tinha em torno de 1.940 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Em 2009 o número passou para 2.310 famílias cadastradas, um crescimento de 19,07%, evolução menos acentuada que os dois municípios demonstrados nos tópicos anteriores.

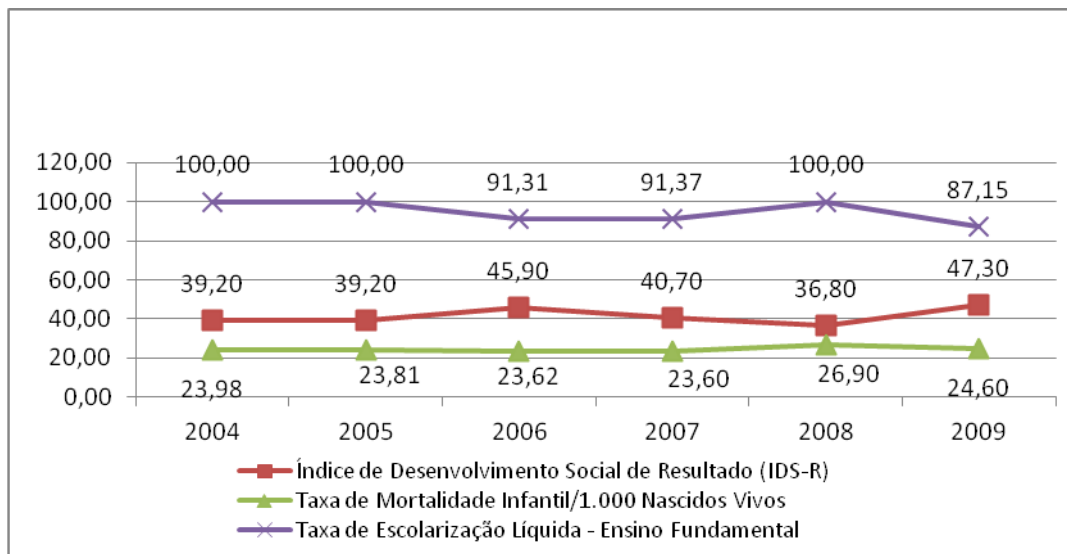
**Gráfico 6 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Graça/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

O Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) do Município de Graça/CE, registrou um crescimento de 20,66%, no período de 2004 a 2009, percentual bem semelhante ao crescimento dos repasses do Bolsa Família para o município, demonstrados no gráfico 6. No entanto, índices importantes nas áreas da saúde e educação tiveram desempenhos ruins, mesmo com o controle das condicionalidades do Programa Bolsa Família que acompanha o desempenho do município e as famílias cadastradas.

A taxa de mortalidade infantil registrou uma evolução de 2,69%. Em 2004 o percentual era de 23,98% e em 2009 esse número subiu para 24,60%.

**Gráfico 7 – Indicadores sociais – Graça/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

O Gráfico 7 mostra uma queda de 12,85% na taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental, caiu de 100% em 2004 para 87,15% em 2009, resultado negativo para um município que recebe repasses crescentes do Bolsa Família, condicionado ao compromisso do município na melhoria de oferta de serviços públicos.

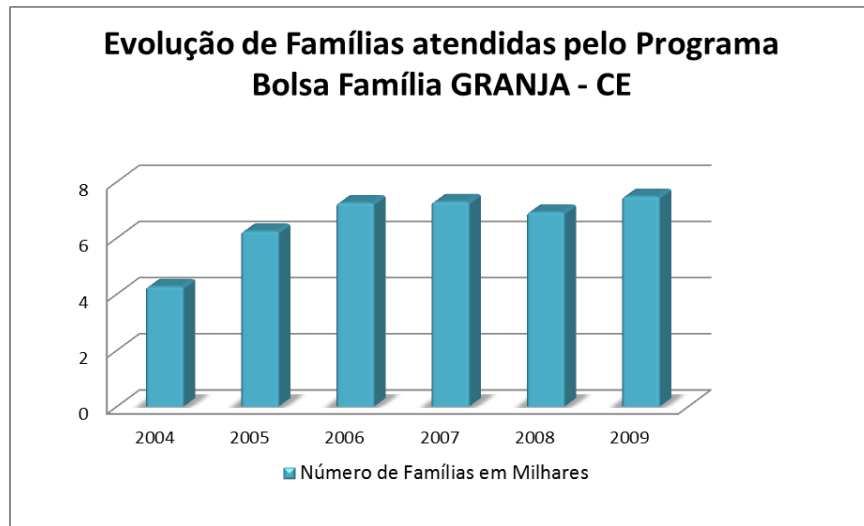
#### 4.4 Município de Granja/CE

Dos 10 municípios estudados, Granja é o Município com maior densidade demográfica, com uma população residente de 52.645 habitantes (Censo 2010), dos quais 25.692 habitantes vivem na zona urbana. Localizado na Macrorregião do R2-Litoral oeste do Estado do Ceará, dessa forma parte do seu território é composto por um complexo vegetacional da zona litorânea, cerrado e floresta caducifolia espinhosa (IPECE, 2011).

Nos dados do Município relacionados a emprego e renda, percebe-se que o número é de 2.906 empregos, dos quais de 87% são gerados pelo setor público percentual menor que os municípios anteriores, característica particular do município, relacionada com o número de 321 empregos gerados pelos setores do comércio, construção civil e serviços (IPECE, 2011).

No ano de 2004 o município tinha em torno de 4.270 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 7.480 famílias cadastradas, um crescimento de 75,18%, a maior evolução dos municípios já estudados.

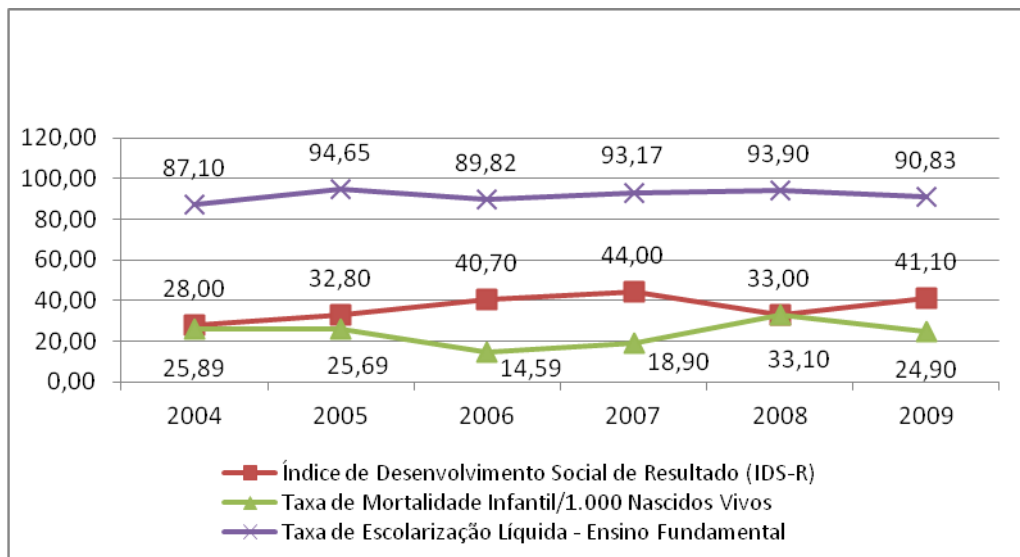
**Gráfico 8 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Granja/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

Todos os municípios que recebem repasses de verbas do Bolsa Família para as famílias cadastradas, assumem vários compromissos, e tem a responsabilidade pela oferta dos serviços públicos de saúde e assistência social. O município de Granja tem o índice de exclusão social IES de 61,70%, um percentual elevado e um grande desafio a ser enfrentado pelo setor público municipal, pois o Bolsa Família tem sua finalidade de redução da pobreza, mais o Município precisa garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, nas áreas de saúde, educação e assistência social.

O índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) do Município de Granja registrou um bom crescimento de 46,79%, no período de 2004 a 2009. Junto com esse índice outros indicadores importantes nas áreas de saúde e educação registraram uma evolução um pouco razoável. Um índice importante que registrou queda no município foi a taxa de mortalidade infantil, uma queda de 4%. Em 2004 o percentual era de 25,89%, após algumas oscilações, em 2007 chegou a registrar um percentual de 44%, em 2009 esse número caiu para 24,90%.

**Gráfico 9 – Indicadores sociais – Granja/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

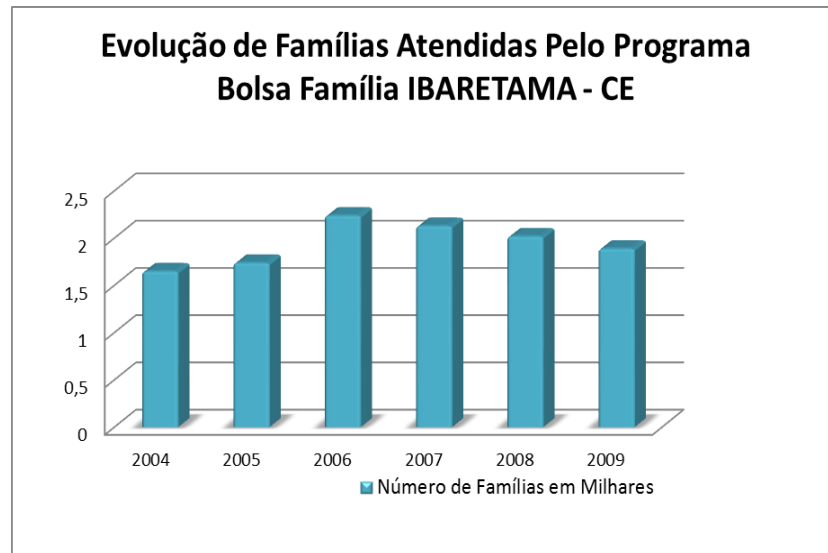
O Gráfico 9 mostra que a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental também registrou evolução, cresceu 4,28%. Em 2004 o número era de 87,10 e em 2009 cresceu para 90,83%. Embora os números de crescimento dos indicadores sociais tenham sido pequenos, isso é um importante passo para a população de Granja.

#### 4.5 Município de Ibaretama/CE

Outro Município localizado na Macrorregião do Sertão Central (R5), que está entre os de maior Índice de Exclusão Social (IES) do Estado do Ceará, com o percentual de 63,80%, citado por Lemos (2012), é o Município de Ibaretama. A região tem um clima predominantemente tropical quente semiárido e uma população de 12.922 (Censo 2010) habitantes, dos quais 65,59% da população vivem na zona rural. A faixa de renda da população mostra que 36,73% das famílias tem rendimento médio *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Desses 36,73%, mais de 94% vive abaixo da linha de extrema pobreza. O Município gera 1.051 empregos formais, onde 939 são gerados pela administração pública, ou seja, mais de 89% do total.

No ano de 2004 o município tinha em torno de 1.650 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 1.890 famílias cadastradas, um crescimento de 14,55%.

**Gráfico 10 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Ibaretama/CE.**



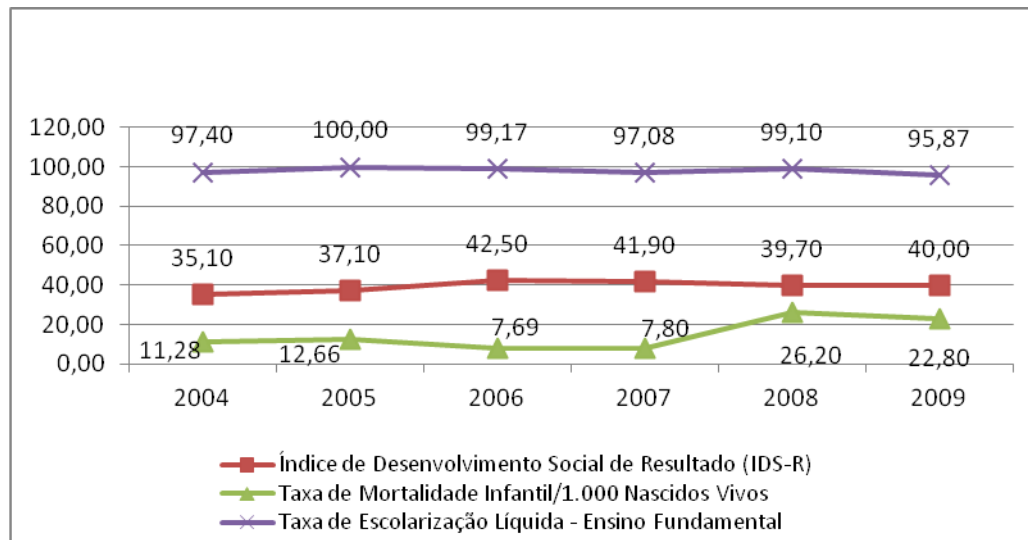
Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

No eixo das condicionalidades na área da saúde, existem vários compromissos assumidos pelas famílias e pelo município de Ibaretama, que assume a responsabilidade pela oferta dos serviços públicos de saúde e assistência social. Os principais indicadores de saúde do município de Ibaretama, mostram que mesmo com o controle das condicionalidades do Programa Bolsa Família que acompanha os indicadores do município e as famílias cadastradas, revelam que os índices de saúde do município estão bem abaixo da média do Estado (Censo 2010) (IPECE, 2011).

O Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) do Município de Ibaretama, registrou um crescimento de 13,96%, no período de 2004 a 2009, percentual de crescimento não suficiente para resolução de problema em algumas áreas específicas. Índices importantes nas áreas da saúde e educação tiveram desempenhos ruins, mesmo com o controle das condicionalidades do Programa Bolsa Família que acompanha o desempenho do município e as famílias cadastradas.

O Gráfico 11 mostra um índice importante, a taxa de mortalidade infantil, que registrou crescimento de 102%. Em 2004 o percentual era de 11,28% e em 2009 esse número subiu para 22,80%.

**Gráfico 11 – Indicadores sociais – Ibaretama/CE.**



Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

A taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental também registrou uma pequena queda de 1,57%, em 2004 o número era de 97,40 e em 2009 caiu para 95,87%. O maior desafio do Município de Ibaretama é diminuir urgente a taxa de mortalidade infantil que no período estudado registro um crescimento assustador (IPECE, 2011).

#### 4.6 Município de Itatira/CE

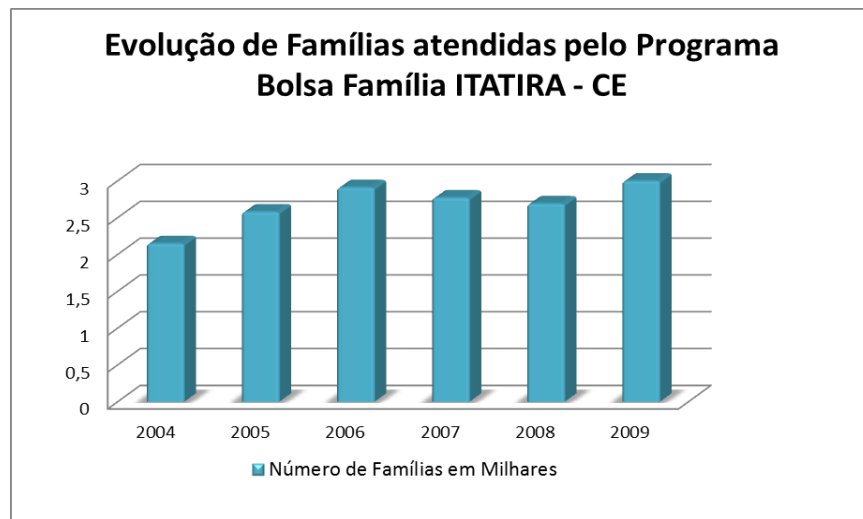
O Município de Itatira também está entre os municípios de maior Índice de Exclusão Social (IES) do Estado do Ceará com o percentual de 60% (LEMOS, 2012).

Também Localizado na Macrorregião do Sertão Central (R5), dos 10 municípios estudados 03 deles são dessa Macrorregião. Itatira tem um clima predominantemente tropical quente semiárido e uma população de 18.894 (Censo 2010) habitantes, dos quais 50,40% da população vive na zona urbana. A faixa de

renda da população mostra que 42,36% das famílias tem rendimento médio *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. O Município gera 788 empregos formais, onde 743 são gerados pela administração pública, ou seja, mais de 94% do total (IPECE, 2011).

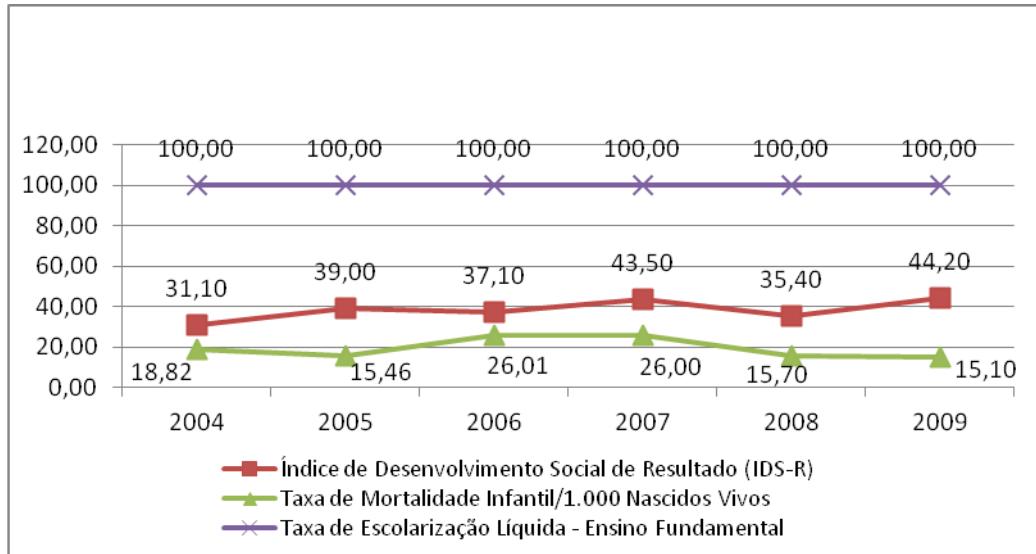
No ano de 2004 o município tinha em torno de 2.150 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 3.000 famílias cadastradas, um crescimento de 39,53%, conforme demonstrado no Gráfico 12.

**Gráfico 12 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Itatira/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

O Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) do Município de Itatira, registrou um crescimento de 42,12%, no período de 2004 a 2009, percentual bem próximo ao crescimento dos repasses do Bolsa Família para o município, demonstrados no gráfico 12. Um índice importante que registrou queda de 19,77% no município foi a taxa de mortalidade infantil. Em 2004 o percentual era de 18,82%, após algumas oscilações, em 2006 chegou a registrar um percentual de 26,01%, em 2009 esse número caiu para 15,10% (IPECE, 2011).

**Gráfico 13 – Indicadores sociais – Itatira/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

A taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental do Município de Itatira, registrou um percentual de 100% em todo o período estudado, isso significa que nos anos de 2004 a 2009, todas as crianças do município na faixa etária de 7 a 14 anos estavam matriculadas. Esse dado é muito importante uma vez que o município recebe repasses crescentes do Bolsa Família, condicionado ao compromisso de realizar melhoria na oferta de serviços públicos, inclusive na área da educação.

#### 4.7 Município de Novo Oriente/CE

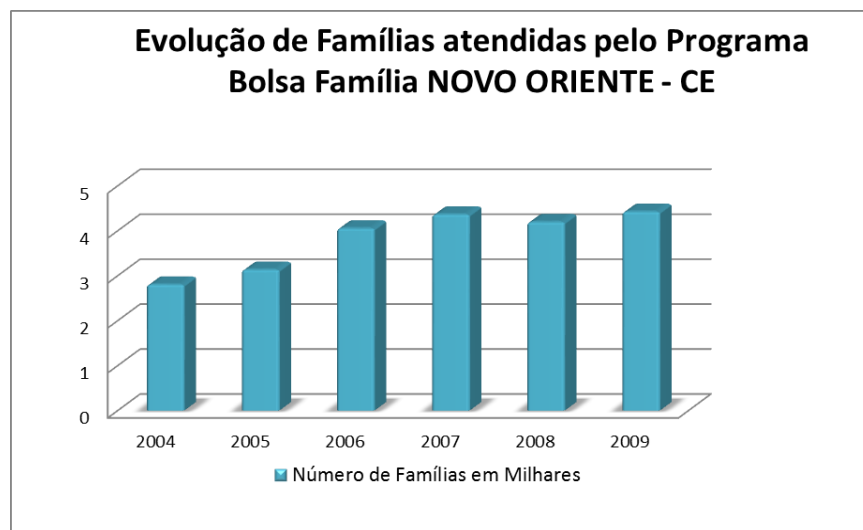
O Município de Novo Oriente localizado na Macrorregião do Sertão dos Inhamuns (R4) do Estado do Ceará, tem uma população de 27.453 (Censo 2010) habitantes, dos quais 51,83% da população vive na zona urbana. O município tem o índice de IES de 53,30%. Observando a quantidade de empregos formais gerados, percebe-se que o número é de apenas 503 empregos, dos quais mais de 95% são gerados pelo setor público (IPECE, 2011).

Nos dados do Município relacionados a emprego e renda, percebe-se que o número é de 1.087 empregos, dos quais de 87,95% são gerados pelo setor público percentual menor que alguns dos municípios anteriores, característica particular do município, relacionada com o número de 111 empregos gerados pelos setores do

comércio, construção civil e serviços.

No Gráfico 14 será demonstrado que no ano de 2004 o município tinha em torno de 2.810 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 4.430 famílias cadastradas, um crescimento de 57,65%.

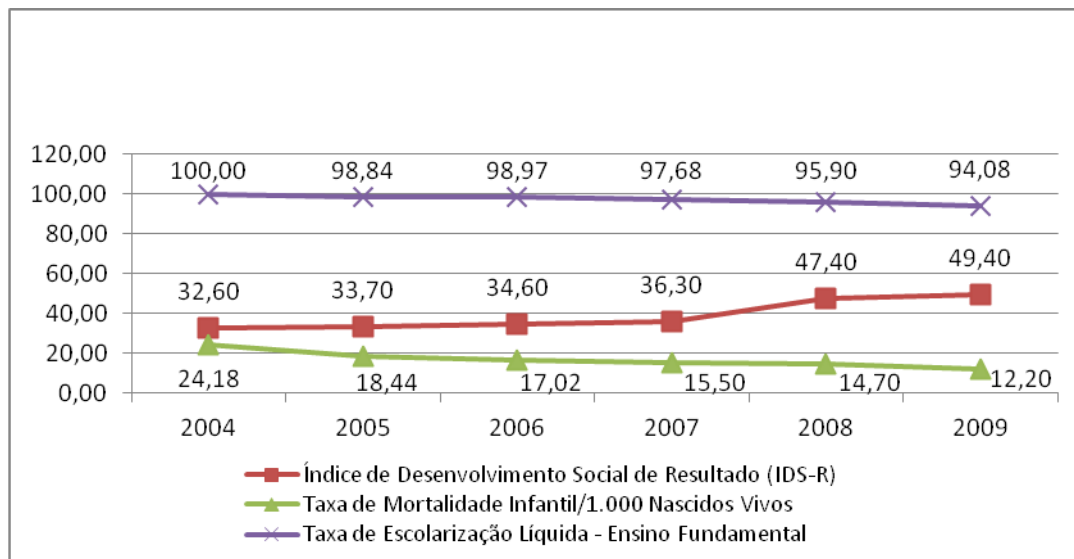
**Gráfico 14 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Novo Oriente/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

Todos os municípios que recebem repasses de verbas do Bolsa Família para as famílias cadastradas, assumem vários compromissos, e tem a responsabilidade pela oferta dos serviços públicos de saúde e assistência social. O Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) do Município de Novo Oriente, registrou um bom crescimento de 51,53%, no período de 2004 a 2009.

Um índice importante que registrou queda de 49,55% no município foi a taxa de mortalidade infantil. Em 2004 o percentual era de 24,18%, após alguns anos com registros de queda, em 2009 esse número caiu para 12,20%, resultado bastante positivo (IPECE, 2011).

**Gráfico 15 – Indicadores sociais – Novo Oriente/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

A taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental registrou queda de 5,92%, em 2004 o número era de 100% e em 2009 caiu para 94,08%.

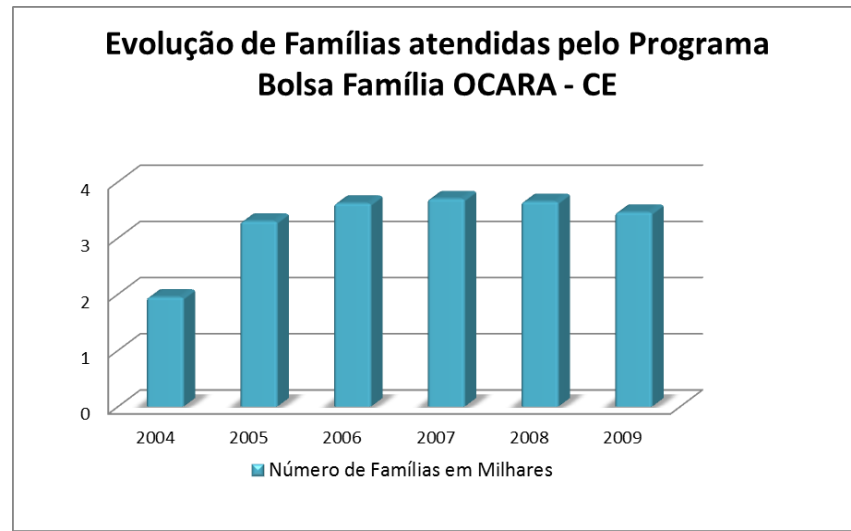
#### 4.8 Município de Ocara/CE

O Município de Ocara localizado na Macrorregião de Baturité (R6), dos 10 municípios estudados, apenas esse município pertence a essa Macrorregião, também é o município que fica mais próximo da capital do Estado, Fortaleza, com um distância em linha reta de aproximadamente 85km. Ocara tem um clima predominantemente tropical quente semiárido e uma população de 24.007 (Censo 2010) habitantes, dos quais 68,32% da população vive na zona rural. A faixa de renda da população mostra que 35,15% das famílias tem rendimento médio per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (IPECE, 2011).

O Município gera 1.092 empregos formais, onde 874 são gerados pela administração pública, ou seja, mais de 80,04% do total, percentual menor que alguns dos municípios anteriores, característica particular do município, relacionada com os empregos gerados pelos setores, agropecuário, serviços e comércio (IPECE, 2011).

No ano de 2004 o município tinha em torno de 1.950 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e em 2009 o número já era de 3.460 famílias cadastradas, um crescimento de 77,44, maior crescimento entre os municípios até agora estudados.

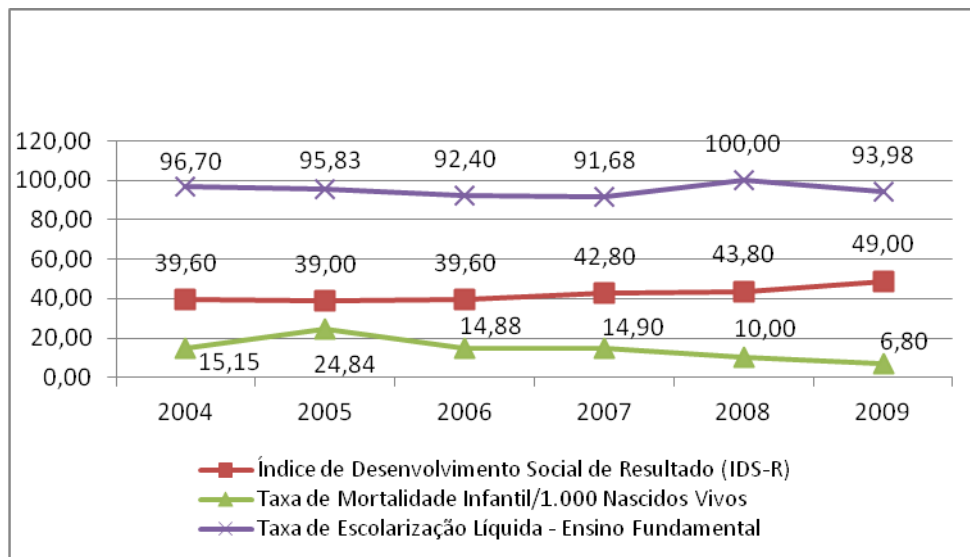
**Gráfico 16 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Ocara/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

O Índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) do Município de Ocara, registrou um crescimento de 23,74%, no período de 2004 a 2009, em 2004 o percentual era de 39,60% e em 2009 registrou um crescimento e atingiu o percentual de 49%.

O Gráfico 17 mostra uma importante queda de 55,12%, na taxa de mortalidade infantil do município. Em 2004 o percentual era de 15,15%, após algumas oscilações, em 2006 chegou a registrar um percentual de 26,01%, em 2009 esse número caiu para 6,80%.

**Gráfico 17 – Indicadores sociais – Ocara/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

Apesar dos índices anteriores ter registrado bons resultados a taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental do Município de Ocara, registrou uma queda de 2,81% no período de 2004 a 2009. Nessa área as condicionalidades do Bolsa Família, acompanha o nível de matrículas das crianças cadastradas no Programa, que nesse município teve 7.107 matriculados. A taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais) do município é de 30,07%, bem superior a média do estado do Ceará que é de 18,78% (IPECE, 2011).

#### 4.9 Município de Pires Ferreira/CE

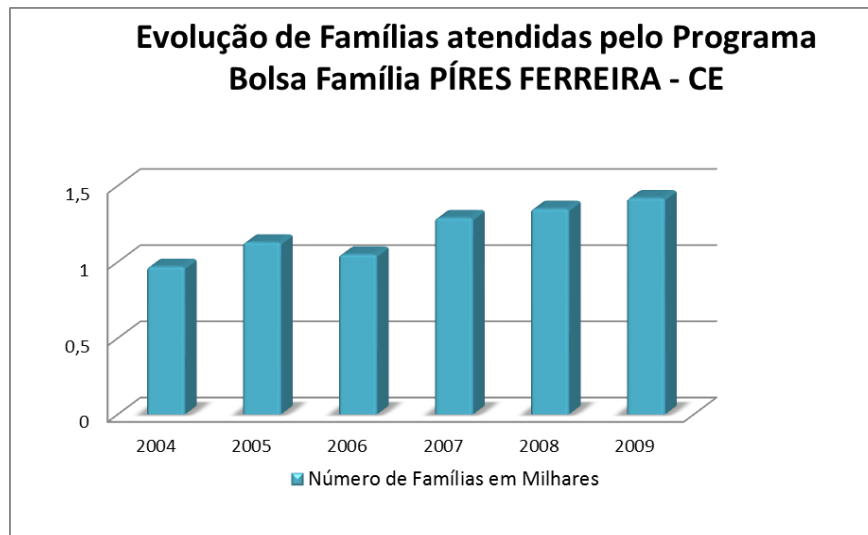
Outro Município que está entre os de maior Índice de Exclusão Social (IES) do Estado do Ceará com o percentual de 58,80%, é o Município de Pires Ferreira (LEMOS, 2012).

Localizado na Macrorregião de Sobral-Ibiapaba (R3), tem um clima predominantemente tropical quente semiárido e uma população de 10.216 habitantes, dos quais 67,17% da população vive na zona rural. Segundo dados do mesmo Censo (2010), 99,32% da população tem acesso a energia elétrica, 57,86% tem acesso a água encanada/tratada e 34,79% a coleta de lixo (IPECE, 2011).

O Município gera apenas 450 empregos formais, dos quais 444 são gerados pela administração pública, ou seja, praticamente todos os postos de trabalho. Da atividade econômica do município o setor de serviços participa com 65,66%, agropecuária 24,10% e a indústria com 10,24% (IPECE, 2011).

No ano de 2004 o município tinha em torno de 970 famílias cadastradas no programa Bolsa Família e em 2009 o número subiu para 1.420 famílias cadastradas, crescimento de 46,39%.

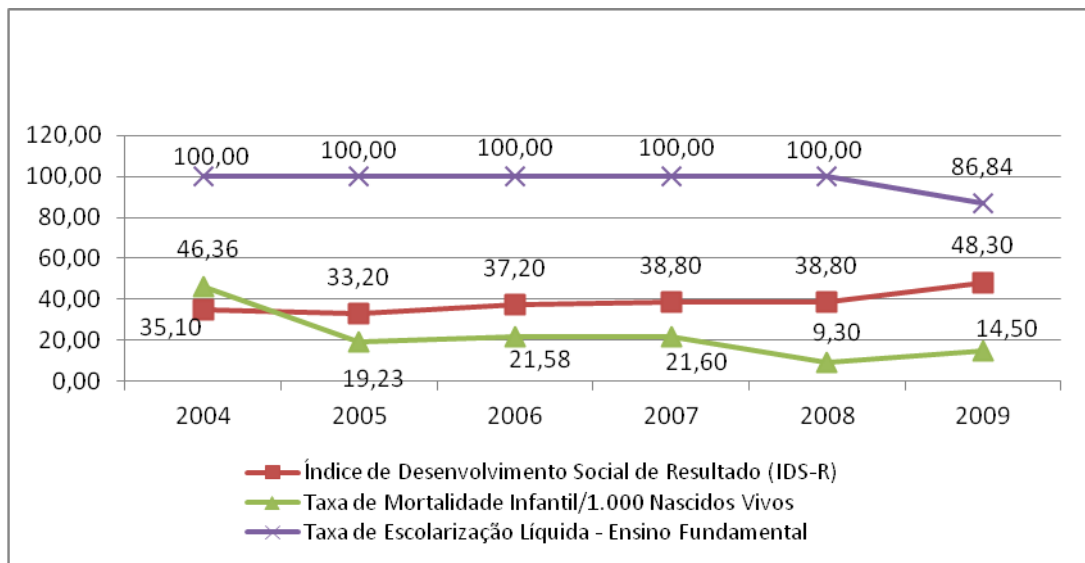
**Gráfico 18 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Pires Ferreira/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de diminuir a miséria e retirar a população de situação de extrema pobreza. As condicionalidades, estipulam os vários compromissos que os municípios precisam assumir na melhoria de serviços públicos, objetivando maximizar os resultados positivos que o programa possa alcançar.

Assim, pelo que já foi visto nos municípios anteriores, esse é um grande desafio que os municípios cearenses precisam enfrentar, pois os repasses de um programa de transferência de renda sozinhos não irão resolver os problemas sociais da população mais carente.

**Gráfico 19 – Indicadores sociais – Pires Ferreira/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

Enquanto os repasses do Bolsa Família registram aumento de 46,39% a taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental do município de Pires Ferreira caiu 13,16%. Entretanto o Município registrou evolução no índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R), e a taxa de mortalidade infantil registrou uma queda de 68,72%, pois em 2004 o percentual era de 46,36% e em 2009 esse número caiu para 14,50%.

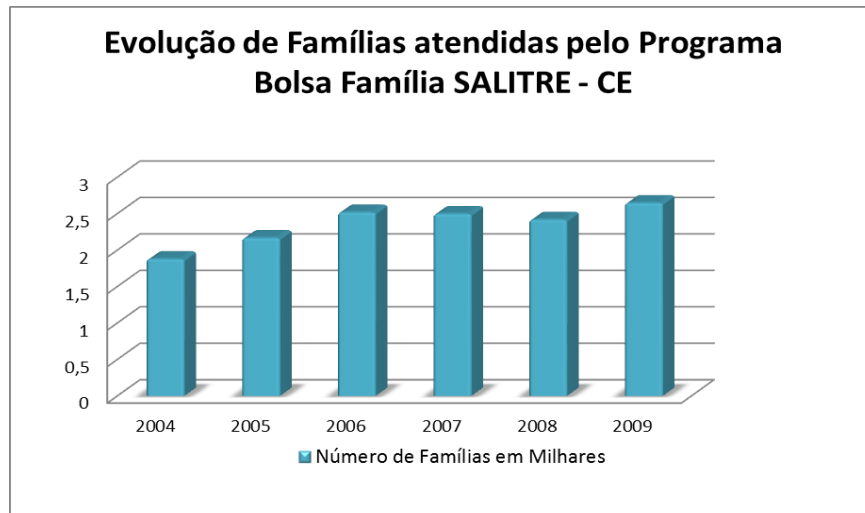
#### 4.10 Município de Salitre/CE

O município de Salitre, último que será caracterizado nesse capítulo, tem algumas particularidades. Esse município tem o maior IES do Estado do Ceará com o percentual de 67,00% (LEMOS, 2012).

Único município entre os estudados localizado na Macrorregião do Carire-Centro Sul (R8), também é o município que fica mais distante da capital do Estado, Fortaleza, com um distância em linha reta de mais de 450km. O município tem um clima predominantemente tropical quente semiárido e uma população de 15.453 (Censo 2010) habitantes, dos quais 59,47% da população vivem na zona rural (IPECE, 2011).

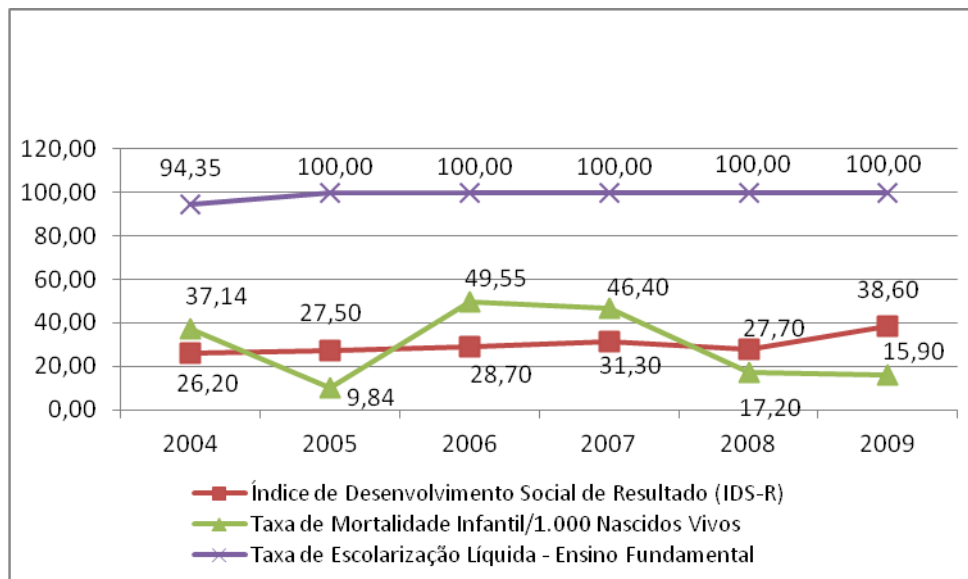
Os repasses do Programa Bolsa Família registraram uma evolução de 40,96%, no período de 2004 a 2009. No ano de 2004 o município tinha em torno de 1.800 famílias cadastradas e em 2009 o número subiu para 2.650 famílias.

**Gráfico 20 – Evolução de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família – Salitre/CE.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

Alguns indicadores sociais do Município de Salitre registraram um resultado positivo no período de 2004 a 2009, o índice de Desenvolvimento Social de Resultados (IDS-R) cresceu 47%, em 2004 o percentual era de 26,20% e em 2009 registrou um crescimento e atingiu o percentual de 38,60%. A taxa de mortalidade infantil, após algumas oscilações, em 2009 registrou queda de 57,19% comparado com o resultado de 2004. A taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental também registrou evolução, cresceu 5,99%. Em 2004 o número era de 94,35%, em 2005 cresceu para 100% e manteve esse índice até o ano de 2009 (IPECE, 2011).

**Gráfico 21 – Indicadores sociais – Salitre/CE.**

Fonte: IPECE/PNUD/SESA/SEDUC (2011).

Apesar dos indicadores representados no gráfico 21 ter registrado um bom desempenho, a base dos números ainda é muito baixa, além disso, outros indicadores sociais continuam muito tímidos, por isso o IES do município continua muito elevado. Segundo dados do Censo (2010), na área de infraestrutura e saneamento básicos os números são preocupantes, apenas 7,18% da população de Salitre tem acesso a água encanada/tratada, a taxa de cobertura urbana de esgoto é apenas 19% e coleta de lixo 34% (IPECE, 2011).

No que diz respeito a Emprego e Renda, o Município gera 1.368 empregos formais, onde 1.360 são gerados pela administração pública, ou seja, praticamente todos os postos de trabalho. Portanto apenas 8 empregos, 5 gerados pelo comércio e 3 pelo setor de serviços, são gerados fora do setor público (RAIS, 2010).

Gerar renda através de programas de transferências do governo é importante, mas o mais importantes para as famílias de Salitre é a geração de empregos, assim, elas terão condições próprias de gerar sua renda.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado final desta pesquisa, procurou-se neste capítulo descrever o que foi encontrado sobre o Programa Bolsa Família e Indicadores Sociais nos municípios cearenses com elevados índices de exclusão social.

### 5.1 Aspectos da geração de renda

Em todos os municípios estudados verificou-se uma grande participação do setor público na geração de empregos. Esse fenômeno está relacionado principalmente aos empregos gerados pela administração pública, área de saúde e educação. Na divisão do PIB por setores desses municípios, percebe-se uma grande deficiência nos índices do setor da indústria. No município de Salitre a participação é apenas 6,31%. No setor de serviços está concentrada a maior participação do PIB em todos os municípios estudados e em 05 deles essa representação passa dos 70%, conforme mostra a Tabela 4.

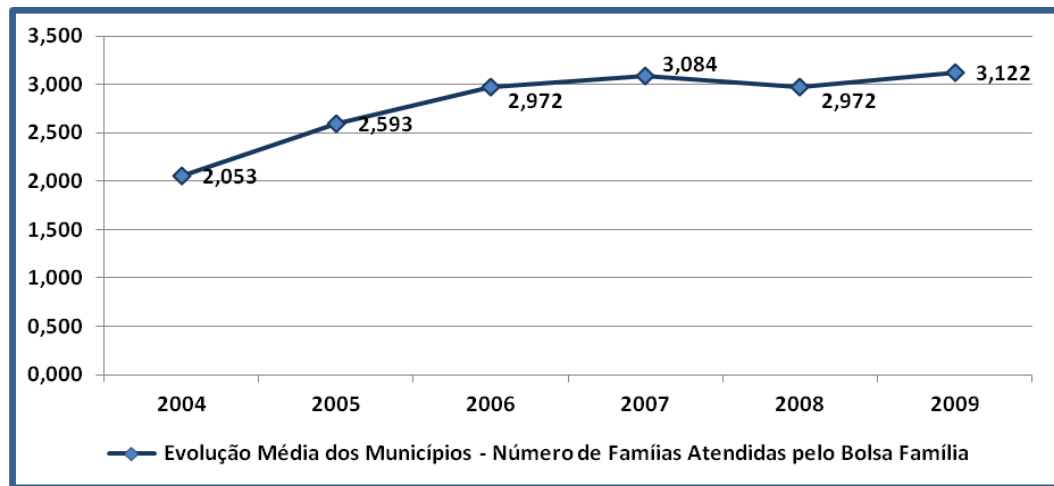
**Tabela 4 – Composição do PIB por setores e PIB per capita .**

Municípios	PIB Por Setor (%)			PIB Per Capta (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
Aiuaba	20,95	8,95	70,89	2.969
Choró	19,56	9,56	70,88	2.827
Graça	15,26	10,19	74,55	2.740
Granja	15,43	11,19	73,39	2.711
Ibaretama	23,14	9,52	67,34	3.510
Itatira	34,41	7,47	58,12	3.966
Novo Oriente	12,8	17,93	69,27	3.195
Ocara	17,66	10,28	72,06	2.915
Pires Ferreira	24,4	10,24	65,66	3.135
Salitre	37,52	6,31	56,17	4.901

Fonte: IBGE/IPECE

O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de diminuir a miséria e retirar a população de situação de extrema pobreza. Um de seus eixos principais é a transferência de renda como foi visto no capítulo 3. A evolução média do número de famílias atendidas pelo programa nos 10 municípios no período de 2004 a 2009 foi de 52,07%, conforme demonstrado no Gráfico22.

**Gráfico 22 – Evolução Média dos 10 municípios: - Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família.**



Fonte: MDS – Cadastro Único (2012).

Os recursos do Bolsa Família se tornaram uma das principais fontes de renda desses municípios, uma vez que a atividade econômica e geração de receita desses municípios se resume praticamente a empregos gerados pelo setor público e valores referentes a aposentadorias e/ou pensões. As receitas geradas oriundas que outros ramos da atividade econômica não chegam a 1% em alguns casos.

**Tabela 5 – Estimativa dos repasses mensais em reais do Programa Bolsa Família para os 10 municípios estudados.**

Município	Estimativa Repasses Mensais - Bolsa Família (R\$)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aiuaba	173.400	190.740	196.860	256.020	248.880	274.380
Choró	123.420	160.140	188.700	193.800	193.800	192.780
Graça	197.880	223.380	233.580	242.760	217.260	235.620
Granja	435.540	636.480	739.500	743.580	705.840	762.960
Ibaretama	168.300	177.480	228.480	217.260	206.040	192.780
Itatira	219.300	263.160	296.820	282.540	274.380	306.000
Novo Oriente	286.620	320.280	414.120	445.740	428.400	451.860
Ocara	198.900	336.600	369.240	377.400	372.300	352.920
Pires Ferreira	98.940	115.260	107.100	131.580	137.700	144.840
Salitre	191.760	221.340	257.040	255.000	246.840	270.300
<b>Total</b>	<b>2.094.060</b>	<b>2.644.860</b>	<b>3.031.440</b>	<b>3.145.680</b>	<b>3.031.440</b>	<b>3.184.440</b>

Fonte: MDS – Cadastro Único/Base – Valor Benefício Básico e Variável/Famílias atendidas.

Os valores dos repasses para cada município variam de acordo com a quantidade de famílias cadastradas no Programa. De acordo com dados da Tabela 04, os municípios, através das famílias cadastradas, já recebem valores bem representativos. O município de Granja, por ser o município com o maior número de famílias cadastradas em 2009, recebeu em média R\$ 762.960,00 por mês, de repasses do Programa Bolsa Família, conforme dados apresentados na Tabela 5.

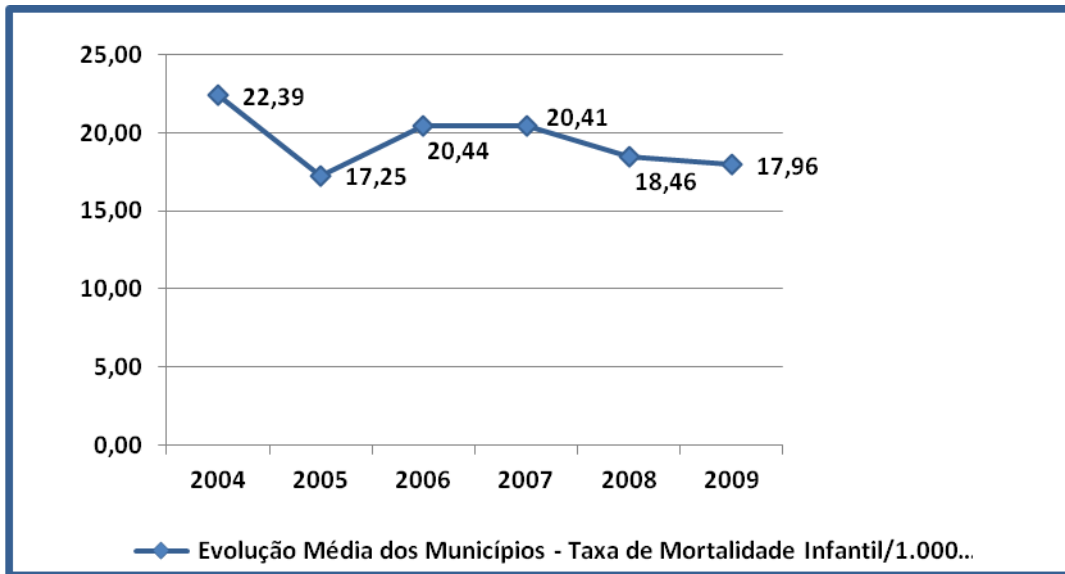
O valor médio estimado que cada família atendida pelo Programa recebe é em torno de R\$ 102,00, valor referente a um 01 benefício básico e 01 benefício variável, na posição do ano 2009.

Esses recursos têm se tornado de suma importância no orçamento familiar das pessoas atendidas pelo programa, e são usados com despesas básicas como alimentação, vestuário, material escolar e até para pagamento de despesas como conta de energia elétrica e água, de acordo com relatos das próprias famílias beneficiadas.

## **5.2 Aspectos sociais**

Como foi caracterizado na seção 4, existe um grande desafio que os municípios precisam enfrentar, pois os repasses de um programa de transferência de renda sozinho tende a não resolver os problemas sociais da população mais carente. Foram identificados os resultados de diversos indicadores sociais, a taxa média de mortalidade infantil dos municípios registrou uma redução de 19,79%, conforme demonstrado no Gráfico 23.

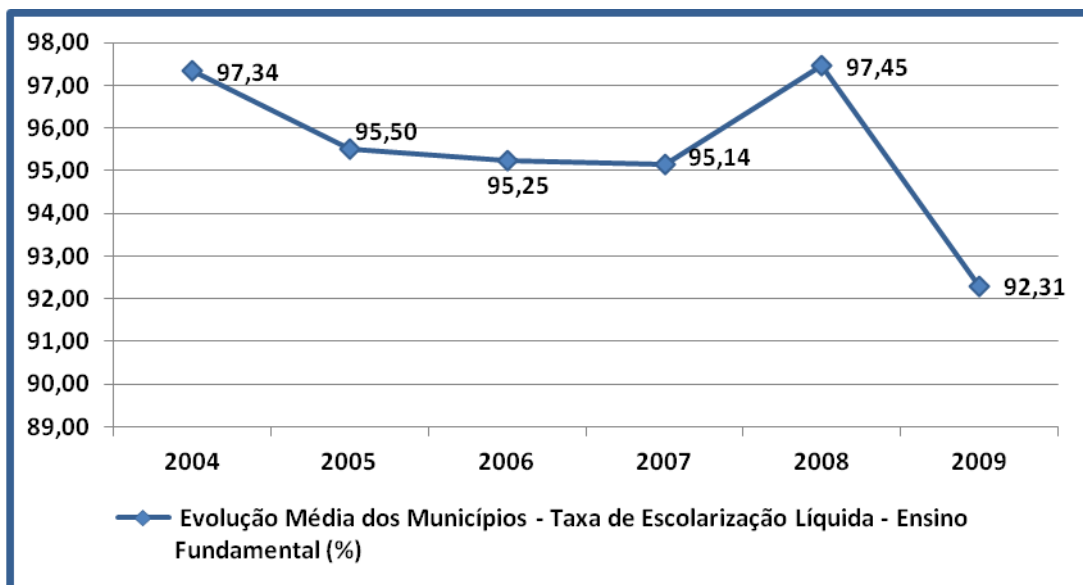
**Gráfico 23 – Evolução média dos 10 municípios: taxa de mortalidade infantil.**



Fonte: Secretaria de Saúde – SESA (2011).

O Gráfico 24 mostra uma queda de 5,17% na taxa média de escolarização líquida do Ensino Fundamental dos 10 municípios.

**Gráfico 24 – Evolução média dos 10 municípios: – taxa de escolarização do ensino fundamental.**



Fonte: Secretaria de Educação Básica – SEDUC (2011).

A Tabela 06 mostra a evolução dos indicadores de rapasses do Bolsa Família, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Social, Taxa de Mortalidade Infantil e taxa de escolarização Líquida do Ensino Fundamental nos 10 municípios estudados, no período de 2004 a 2009.

**Tabela 6 – Resumo de indicadores dos municípios e evolução de 2004 a 2009.**

Municípios	Nº de Habitantes	Participação Setor Público / Empregos Diretos (%)	Evolução Indicadores - 2004 a 2009 (%)				
			Bolsa Família	PIB	IDS-R	Taxa de Mortalidade Infantil	Taxa de Escolarização Liq. Ensino Fundamental
Aiuaba	16.023	95,43	58,23	119,70	45,00	224,29	-17,52
Choró	12.853	97,38	56,20	63,81	-4,40	15,57	-6,29
Graça	15.049	97,39	19,07	54,09	20,66	2,69	-12,85
Granja	52.645	87,78	75,18	61,86	46,79	-4,00	4,28
Ibaretama	12.922	89,34	14,55	70,97	13,96	102,00	-1,57
Itatira	18.894	94,29	39,53	93,02	42,12	-19,77	-
Novo Oriente	27.543	87,95	57,65	83,10	51,53	-49,55	-5,92
Ocara	24.007	80,04	77,44	85,89	23,74	-55,12	-2,81
Pires Ferreira	10.216	98,67	46,39	68,94	37,61	-68,72	-13,16
Salitre	15.453	99,42	40,96	98,90	47,00	-57,19	5,99

Fonte: IPECE/MDS/IBGE/SESA/SEDUC (2011).

O índice Participação Setor Público/Empregos Diretos, mostra o percentual de participação dos empregos públicos no total de empregos gerados pelo município. Na maioria dos municípios, o percentual passa dos 90%. Isso retrata que o setor público é praticamente o único gerador de empregos dessas regiões e que nesses municípios não existe praticamente geração de empregos e frentes de trabalhos nas áreas da indústria, comércio e/ou serviços.

No município de Salitre dos 1.368 empregos gerados pelo município, 1.360 são do setor público, apenas 8 empregos são gerados pelo setor privado, 05 pelo comércio e 03 pelo setor de serviços e essa mesma situação se repete em outros vários municípios estudados.

Os dados da Tabela 7 mostram o Índice de Exclusão Social (IES) e privações dos municípios estudados. O IES é constituído por indicadores de exclusão social, que pode ser utilizado para medir os municípios, pelos padrões de exclusão social e estimar o percentual de excluídos em cada um deles (LEMOS, 2012).

**Tabela 7 – Índice de Exclusão Social (IES) e privações.**

Municípios	IES (%)	Priveduc (%)	Privrend (%)	Privagua (%)	Privsane (%)	Privlixo (%)
Aiuaba	57,60	34,10	79,10	47,00	82,90	48,60
Choró	63,50	32,40	82,80	68,40	85,60	77,40
Graça	59,40	35,70	78,10	45,50	91,80	57,00
Granja	61,70	38,60	83,20	46,20	80,10	64,80
Ibaretama	63,80	34,30	78,20	82,70	96,10	63,00
Itatira	60,00	32,60	81,60	49,60	91,90	58,00
Novo Oriente	53,30	34,00	75,70	28,00	66,50	55,30
Ocara	56,70	30,10	76,50	48,40	87,80	56,90
Pires Ferreira	58,80	29,90	80,50	42,10	93,60	65,20
Salitre	67,00	39,90	82,10	92,80	82,00	65,80

Fonte: Adaptada de Lemos (2012).

No município de Salitre a taxa dos domicílios com acesso a água encanada é de apenas 7,18%. No município de Choró o percentual dos domicílios que contam com o serviço de coleta de lixo é de 22,64%. No que se refere a esgotamento sanitário esse é o serviço com a menor taxa de cobertura entre os municípios estudados. Nos municípios de Granja e Pires Ferreira o percentual de domicílios que contam com esse benefício é de apenas 0,59% e 0,72% respectivamente.

**Tabela 08 – Percentual da população extremamente pobre e taxa de analfabetismo funcional.**

Municípios	População Extremamente Pobre		Taxa de Analfabetismo Funcional	
	Nº de Habitantes	%	Nº de Habitantes	%
<b>Aiuaba</b>	5.856	36,14	3.934	34,10
<b>Choró</b>	5.892	45,84	2.908	32,43
<b>Graça</b>	6.408	42,58	3.741	35,69
<b>Granja</b>	25.002	47,49	13.768	38,57
<b>Ibaretama</b>	4.508	34,89	3.133	34,27
<b>Itatira</b>	7.554	39,98	4.176	32,57
<b>Novo Oriente</b>	11.341	41,31	6.838	33,99
<b>Ocara</b>	7.941	33,08	5.305	30,07
<b>Pires Ferreira</b>	3.554	34,79	2.209	29,94
<b>Salitre</b>	5.699	36,88	4.128	39,86

Fonte: (IPECE, 2011).

Os índices de analfabetismo funcional entre pessoa com 15 anos de idade ou mais e o percentual da população que vive em situação de extrema pobreza é bastante elevado, no município de Granja esse segundo indicador chega a quase 50%.

Portanto o Programa Bolsa Família tem um papel fundamental na geração de renda das famílias dos municípios estudados. Porém essa renda gerada torna-se insuficiente frente aos diversos problemas sociais e ineficiência dos municípios na geração de empregos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de 20% da renda das famílias nordestinas vêm de transferências previdenciárias e programas assistenciais do governo como o Bolsa Família, em todos os níveis, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012).

De acordo com esse mesmo Instituto, essas transferências se expandiram e tiveram uma consolidação nas últimas décadas, mas, sobretudo para os mais pobres, contribuindo para o combate à pobreza e ao fortalecimento de camadas intermediárias (IPEA, 2012).

“As políticas sociais, principalmente aquelas voltadas para a assistência, foram suficientemente importantes para constituir uma parcela expressiva da renda das famílias, para combater a pobreza e a desigualdade”, disse Jorge Abrahão de Castro, da diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA (IPEA, 2012).

Conforme os dados apresentados pelo IPEA, em 1978, 26,9 milhões de pessoas viviam com menos de 25% de salário mínimo *per capita*. Em 2008, esse número caiu para 18,7 milhões, mas segundo o Ipea se não houvesse a transferência, seriam 40,5 milhões.

O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, tem os seus pontos positivos, pois reflete a queda na desigualdade e o crescimento da renda das pessoas nos últimos anos. Além de aquecer o mercado, pois o beneficiário passa a ter poder de compra, isso eleva a demanda de bem e serviços e movimenta a economia. Uma vez que o mercado e o poder público não geram empregos em número suficiente, o programa faz-se indispensável para os municípios estudados.

Por outra perspectiva, o Programa Bolsa Família têm elevado o nível de dependência dessas famílias e não representa a forma mais eficiente para melhorar o nível de rendas das famílias, pois o formato mais eficiente seria a geração de empregos nos municípios. Assim, o chefe de família poderia sustentar sua família com o seu próprio salário, não dependendo da ajuda do Estado.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes ; CARVALHO, Mirela ; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, R. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. **Texto para Discussão nº 1258**. Rio de Janeiro : IPEA, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro único**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2010 (RAIS, 2010)**. Disponível em : <[http://www.mte.gov.br/rais/2010/arquivos/Resultados\\_Definitivos.pdf](http://www.mte.gov.br/rais/2010/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Seminário Internacional “Bolsa Família: Programa Bolsa Família- 2 anos superando a fome e a pobreza no Brasil”**. Brasília. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 11 fev. 2012.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. Mapeamento das Condições de educação, renda e infraestrutura domiciliar dos municípios cearenses: baseado nos dados do Censo 2012. **Informe IPECE**, n.10, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece\\_Informe\\_10\\_junho\\_2011.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece_Informe_10_junho_2011.pdf)> Acesso em: 06 fev. 2013.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUTIÉRREZ, A. B. **Pobre como sempre ... estratégias de reprodução social da pobreza**: um estudo de caso. Córdoba: Ferreira Editor, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&ordering=2&limitstart=8830&limit=10&Itemid=165](http://desafios2.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=2&limitstart=8830&limit=10&Itemid=165)>. Acesso em 06 fev. 2013.

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assidentalmente pobre. 3. ed. rev. e atual., Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SILVA, Edna Lúcia; MENESES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED/UFSC, 2001.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.